

A. I. N° - 281317.0007/04-2
AUTUADO - LUP COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - JONEY CÉSAR LORDELLO DA SILVA
ORIGEM - INFAZ IGUATEMI
INTERNET - 26.04.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N.º 0111-02/05

EMENTA: ICMS. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. **a)** FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO NOS PRAZOS REGULAMENTARES. Alegado pagamento espontâneo do imposto antes da ciência do lançamento. De acordo com os termos de início de fiscalização e de intimação para apresentação de documentos, o autuado encontrava-se sob ação fiscal quando fez o pagamento. Não pode, portanto, alegar que pagou o débito espontaneamente. Mantido o lançamento. **b)** RECOLHIMENTO DO IMPOSTO EFETUADO A MENOS. Fato reconhecido na defesa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/6/04, apura os seguintes fatos:

1. falta de recolhimento de ICMS, nos prazos regulamentares, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no SimBahia, no valor de R\$ 5.340,28, com multa de 50%;
2. recolhimento de ICMS efetuado a menos, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no SimBahia, no mês de dezembro de 2003, no valor de R\$ 7,76, com multa de 50%.

O contribuinte impugnou o lançamento objeto do 1º item, alegando que tal infração nunca ocorreu. Juntou comprovante para demonstrar que o valor lançado havia sido pago no dia 1/7/04, com os acréscimos legais, antes de tomar conhecimento da lavratura do Auto de Infração, que somente ocorreu no dia 5/7/04. Aduz que o crédito tributário se extingue com o pagamento. Quanto ao item 2º, declara reconhecer a dívida. Pede que o Auto de Infração seja julgado improcedente quanto ao item 1º.

O fiscal autuante prestou informação contrapondo que a denúncia espontânea de débito só deve ser aceita caso seja efetuada antes do início da ação fiscal, nos termos do art. 95 do RPAF. Diz que a ação fiscal teve início em 22/6/04, como comprova a intimação fiscal, e, quando da data da autuação, em 30/6/04, o pagamento ainda não tinha sido efetuado. Opina pela manutenção integral do Auto de Infração.

VOTO

O 1º tópico do presente Auto de Infração diz respeito à falta de recolhimento de ICMS nos prazos regulamentares.

A defesa alega que o valor lançado foi pago no dia 1/7/04, com os acréscimos legais, antes de tomar conhecimento da lavratura do Auto de Infração, que somente ocorreu no dia 5/7/04.

Noto, contudo, que a empresa se encontrava sob ação fiscal desde 22/6/04, conforme Termo de Início de Fiscalização anexo. A intimação para apresentar livros e documentos foi assinada por Gilmar Almeida do Carmo, do setor de contabilidade. O Termo de Início de Fiscalização é válido por 60 dias (RPAF, art. 28, § 1º). Estando sob ação fiscal, não pode alegar que pagou o débito espontaneamente. Mantenho o lançamento.

Relativamente ao 2º tópico, o débito foi expressamente reconhecido pela defesa.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **281317.0007/04-2**, lavrado contra **LUP COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 5.348,04**, acrescido da multa de 50%, prevista no art. 42, inciso I, “b”, 3, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser homologada a quantia já paga.

Sala das Sessões do CONSEF, 12 de abril de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ BEZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – JULGADORA